



# **Regulamento das Hortas Comunitárias de Sintra**

**Acompanhado de Parecer da Comissão Permanente de Assuntos Sociais**

**20 de dezembro de 2012**

**DELIBERADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA EM 23 DE MAIO DE 2012**  
**APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2012**

### **Preâmbulo**

O Município de Sintra dispõe no seu património de alguns terrenos com aptidões agrícolas cuja exploração não se enquadra no âmbito das respetivas atribuições.

Terrenos que, tendo em vista as suas características são adequados ao cultivo em hortas por particulares que se possam interessar por essa atividade, propiciando um melhor ordenamento do território.

Sem prejuízo do referido no parágrafo anterior, o presente regulamento ao promover a criação de hortas urbanas coletivas procura contribuir para melhorar as condições de vida dos grupos sociais mais carenciados, evitando, necessariamente, a utilização clandestina de terrenos vazios (“hortas de lata”) que pouco mais servem do que para acumular lixo e mato e para a degradação visual das áreas ocupadas.

O Município de Sintra através da criação de programas de agricultura urbana visa, entre outros objetivos adiante enumerados, tornar a atividade agrícola controlada e regulamentada, mas acessível, a quem não dispõe de um espaço próprio e privado, fomentando o espírito comunitário, a prática de atividades ao ar livre e a educação ambiental.

Acresce que o presente regulamento foi sujeito a audiência dos interessados, nos termos do artigo 117.º do Código de Procedimento Administrativo, sendo o mesmo simultaneamente submetido, nos termos do disposto no artigo 118.º do mesmo diploma, a apreciação pública pelo prazo de trinta dias, através da publicação do Aviso nº 24772 / 2011, na II Série do Diário da República nº 247, de 27 de dezembro de 2012.

Foram recebidos os contributos da Junta de Freguesia de Mira Sintra, da Junta de Freguesia de Monte Abraão, da Associação de Defesa do Património de Sintra, da Associação de Moradores da Urbanização Cidade Desportiva, da Associação Juvenil Ponte e dos munícipes Joana Oliveira, Ana Isabel Sousa, Luís Filipe Coelho de Sousa, Maria Fernanda Canelas, Maria de Lurdes Canelas, Diogo Manuel Canelas, Alberto Hermínio Canelas, José Maria Fonseca Cabral, Sara Isabel Francisco, Ricardo Canelas, Pedro Correia, Ana Raquel Pinto, Cátia Teixeira, Jorge Duarte, Isabel Oliveira, Maria Madalena Correia, José Fernando Fonseca Ribeiro, Eduardo Barbosa Vieira, Fernanda Jesus Bandeira, José Nunes Bandeira, Cristina Maria Bandeira,

Maria de Lurdes Cruz Martins, Maria Amélia Costa, Maria Balbina Cordeiro, Francisco Virgílio Moreira, Maria de Fátima Matos, Jorge Pinto, Joaquim Azevedo e Jorge Daniel Gouveia Ferrão.

Os contributos foram devidamente ponderados sendo efetuadas alterações ao projeto, quando se afigurou pertinente.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º número 8 e artigo 241.º, da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 114.º a 119.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, no preceituado na alínea a) do número 2 do artigo 53.º, a Assembleia Municipal de Sintra, reunida na sua 5ª Sessão Ordinária em 20 de dezembro de 2012, sob proposta da Câmara Municipal aprova o **Regulamento das Hortas Comunitárias de Sintra**, acompanhado de Parecer da Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

### **Artigo 1º**

#### **Lei habilitante**

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do artigo 112.º, n.º 8 e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos das alíneas h) e l) do nº 1 do artigo 13º, da Lei nº 159/99, de 14 de setembro, dos artigos 53.º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, bem como nos termos dos artigos 114.º a 119.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro.

### **Artigo 2º**

#### **Objeto**

O presente regulamento estabelece o regime a que fica sujeita a participação no “Programa de Hortas Comunitárias do Município de Sintra”, adiante designado por hortas comunitárias.

**Artigo 3º**

**Objetivos**

1 - As hortas comunitárias visam, nomeadamente:

- a) Proporcionar prática de atividades ao ar livre, convívio e ocupação de tempos livres;
- b) Incentivar hábitos de alimentação saudáveis;
- c) Promover atividades para as famílias na área da educação ambiental;
- d) Promover a ocupação das pessoas idosas e reformadas;
- e) Diminuir a pobreza através do cultivo de alimentos para autoconsumo;
- f) Promover o aproveitamento eficiente de terrenos municipais para fins de recreio, culturais e de educação;
- g) Evitar a ocupação não autorizada de terrenos;
- h) Incentivar o uso de práticas agrícolas tradicionais, o modo de produção biológico e a produção integrada;
- i) Potenciar a utilização da compostagem, bem como sensibilizar as populações para a questão dos resíduos.

2 – Os produtos cultivados nas hortas comunitárias destinam-se ao consumo próprio ou à troca entre os horticultores comunitários.

**Artigo 4º**

**Definições**

Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

- a) Horticultor comunitário – Pessoa que utiliza a parcela de terreno para a criação de uma horta, a título individual, assumindo os direitos e os deveres e responsabilidades previstos no presente regulamento
- b) Gestor – Trabalhador da Câmara Municipal de Sintra nomeado para gerir o espaço e as atividades da horta comunitária;
- c) Porta-voz - Horticultor comunitário, eleito pelos demais, responsável pela comunicação entre o gestor e um grupo de utilizadores, com vista à resolução de situações diversas ou de questões relativamente aos recursos fornecidos;

- d) Parcela – Unidade de terreno destinada a cada horticultor comunitário, para o desenvolvimento de culturas hortícolas, com a área que venha a ser concretamente definida no respetivo aviso de abertura de candidaturas;
- e) Equipamentos de utilização comum – Equipamentos disponibilizados pela Câmara Municipal de Sintra para uso partilhado por parte dos horticultores;
- f) Áreas de passagem – Caminhos destinados a aceder às parcelas.

### **Artigo 5º**

#### **Destinatários**

1 - Pode candidatar-se a horticultor comunitário qualquer pessoa singular, maior, residente no Município de Sintra que apresente a respetiva candidatura devidamente instruída e pela qual manifeste a aceitação do conteúdo do presente regulamento.

2 – Cada candidato apenas pode apresentar candidatura a uma única parcela, não podendo os elementos do respetivo agregado familiar ser candidatos no mesmo procedimento.

### **Artigo 6º**

#### **Abertura de Candidaturas**

1 - A abertura das candidaturas ao programa é decidida pelo eleito com competência própria ou delegada/subdelegada na área do ambiente, sob proposta do serviço respetivo para instalação da horta comunitária e aos meios financeiros previamente consagrados no orçamento municipal para o respetivo ano civil.

2 - No aviso de abertura das candidaturas a publicitar através de edital, de avisos em dois jornais regionais, publicados no Município e na página da Câmara em [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt), bem como em outros meios entendidos por convenientes, deve constar pelo menos:

- a) a indicação da data de abertura do procedimento e respetivos prazos e locais de entrega das candidaturas;
- b) a localização da horta comunitária e o número das suas parcelas, acompanhado de planta suficientemente esclarecedora;
- c) a indicação dos documentos que seja necessário apresentar no âmbito da candidatura;

- d) outros aspetos considerados relevantes para o procedimento de atribuição da parcela, entre outros a especificidade dos espaços em presença.

### **Artigo 7º** **Apresentação de Candidatura**

1 - Os interessados devem fazer a sua inscrição preferencialmente no Gabinete de Apoio ao Município e suas delegações, em formulário adequado, elaborado pelos serviços, disponível para “download” no site da Câmara Municipal em [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt), ou em suporte papel nos locais atrás referidos e na Junta de Freguesia respetiva.

2 - As candidaturas podem ainda ser entregues nas Juntas de Freguesia do Município de Sintra que as remetem diretamente, pelo meio mais célere, à Câmara Municipal de Sintra.

3 – São liminarmente indeferidas as candidaturas que não respeitem o disposto no artigo 5º.

### **Artigo 8º** **Seleção dos Horticultores Comunitários**

1 -Para seleção dos candidatos no mesmo processo de atribuição são considerados, entre outros, por ordem, os seguintes critérios:

- a) Proximidade entre a residência do interessado e a localização da horta;
- b) Pessoas ou agregados familiares com menor rendimento “per capita”;
- c) O candidato ser reformado ou pensionista;
- d) Maior número de elementos do agregado familiar.

2 - Em casos de igualdade, apurada nos termos do número anterior, atende-se à:

- a) Ordem de apresentação de candidaturas;

3 – A listagem dos selecionados é aprovada pela Câmara Municipal de Sintra.

4 – A competência referida no número anterior é suscetível de delegação no Presidente da Câmara e sub-delegação em Vereador.

5 – Na sequência do disposto nos números 3 e 4 a Câmara Municipal celebra com o horticultor comunitário um acordo de utilização.

### **Artigo 9º**

#### **Direitos dos Horticultores Comunitários**

1 - Os horticultores comunitários têm direito:

- a) A dispor de uma parcela por agregado familiar para a prática de atividades agrícolas;
- b) Ao uso dos equipamentos de utilização comum, definidos em função das características específicas de cada horta;
- c) A aconselhamento técnico quanto à melhor forma de utilização do solo;
- d) Reencaminhamento dos resíduos que não sejam suscetíveis de compostagem.

2 – A instalação dos equipamentos constantes da alínea b) do número anterior é efetivada tendo em conta dos recursos municipais disponíveis.

### **Artigo 10º**

#### **Deveres dos Horticultores Comunitários**

Os horticultores comunitários têm o dever de:

- a) Iniciar os trabalhos de preparação do terreno no prazo de 30 dias após a celebração do acordo de utilização subsequente à atribuição da parcela;
- b) Zelar pela salubridade, segurança e bom uso do espaço e equipamento de utilização comum das hortas comunitárias;
- c) Manter as características das infraestruturas instaladas, nomeadamente as vedações e casa de arrumos;
- d) Não edificar estufas ou quaisquer estruturas ou colocar pavimentos sem prévia autorização do gestor;
- e) Comunicar de imediato ao porta-voz qualquer anomalia que constatem mesmo quando lhes seja veiculada por outrem, bem como qualquer perigo que

- ameace os equipamentos ou local da horta comunitária e ainda quando terceiros se arroguem de direitos sobre o espaço;
- f) Frequentar as formações para horticultores comunitários disponibilizadas pela Câmara Municipal de Sintra;
  - g) Utilizar a água de forma racional, de acordo com as características concretas de cada local indicadas pelo gestor;
  - h) Fazer uso de práticas agrícolas sustentáveis e de menor impacto possível para o ambiente;
  - i) Não plantar árvores ou plantas invasoras, de acordo com a legislação em vigor;
  - j) Não plantar árvores ou arbustos que possam afetar áreas comuns ou áreas de parcelas vizinhas;
  - k) Não cultivar espécies vegetais legalmente proibidas;
  - l) Manter as parcelas em produção;
  - m) Manter a compostagem limitada aos materiais gerados no local;
  - n) Zelar pela qualidade dos produtos cultivados e não utilizar herbicidas;
  - o) Assumir total responsabilidade sobre acidentes pessoais ou provocados a terceiros, no âmbito da utilização das hortas comunitárias;
  - p) Manter em boas condições quaisquer equipamentos de uso comum;
  - q) Usar os espaços comuns de forma ordeira, respeitando as regras de uma saudável convivência social;
  - r) Dentro das hortas, não praticar atividades que possam danificar o espaço;
  - s) Não realizar queimadas ou fogueiras;
  - t) Não recorrer a terceiros para o cultivo da parcela, com exceção dos membros do agregado familiar;
  - u) Não ceder a sua parcela de terreno a terceiros;
  - v) Não abandonar a parcela, considerando-se para o efeito, a ausência não justificada por período superior a dois meses;
  - w) Não desenvolver a atividade pecuária na horta comunitária;
  - x) Não ter no local cães perigosos ou potencialmente perigosos.

### **Artigo 11º**

#### **Acordo de utilização**

1 - O acordo de utilização, celebrado ao abrigo do presente regulamento, é válido pelo período de um ano, sendo passível de renovação anual a pedido do utilizador, salvo se qualquer das partes se opuser à renovação no prazo de 30 dias.



2 - O incumprimento, por parte do horticultor comunitário do disposto no presente regulamento, entre outros dos deveres constantes do artigo 10º, leva à resolução imediata do acordo de utilização, por parte do Município, sem que o incumpridor tenha direito a qualquer indemnização.

3 - O Município salvaguarda a hipótese de resolver o acordo em razão do interesse público, devendo informar o horticultor com um prazo mínimo de 60 dias.

4 - O horticultor pode, a qualquer momento, denunciar o acordo de utilização e deixar de utilizar a parcela respetiva, devendo, para o efeito, informar o gestor com a antecedência mínima de trinta dias.

5 - O acordo de utilização prevê a renúncia a qualquer tipo de indemnização por quaisquer benfeitorias eventualmente introduzidas no mesmo.

6 - Aquando da celebração ou renovação do acordo é paga pelo horticultor comunitário uma taxa pela utilização do espaço.

### **Artigo 12º**

#### **Participação nas Hortas Comunitárias**

A participação no programa das hortas comunitárias implica a aceitação das presentes normas e a assinatura do acordo de utilização.

### **Artigo 13º**

#### **Avaliação**

1 — A utilização das parcelas está sujeita a uma avaliação periódica pelo gestor, de modo a verificar o cumprimento dos deveres impostos pelo presente Regulamento aos utilizadores.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior são ainda critérios de avaliação:

- a) O uso adequado da parcela;
- b) As práticas agrícolas utilizadas;
- c) O encaminhamento dos resíduos sobrantes.

**Artigo 14.º**

**Restituição da parcela**

1 - Em caso de cessação do acordo o utilizador é obrigado a restituir a parcela no estado em que a recebeu.

2 – Caso a reposição do terreno, prevista no número anterior não se verifique, os eventuais custos com a limpeza da parcela são imputados ao utilizador.

**Artigo 15.º**

**Fiscalização**

A fiscalização das disposições constantes no presente Regulamento competem ao gestor ou aos funcionários afetos ao Programa, especialmente designados para o efeito, designadamente no âmbito do serviço respetivo.

**Artigo 16º**

**Regime Transitório**

1 – No prazo de dois anos, as atuais hortas instaladas em terrenos de domínio municipal devem conformar-se com os princípios e o teor do presente regulamento.

2 – Exceciona-se do disposto no número anterior a atribuição de talhões em relação aos quais se mantêm os direitos de mera posse por parte dos utilizadores à data de entrada em vigor do presente regulamento, tendo sido verificado o respetivo cumprimento.

**Artigo 17º**

**Dúvidas e Casos Omissos**

As dúvidas, casos omissos e interpretação do presente regulamento e do acordo de utilização são devidamente apreciadas e decididas, caso a caso, por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Sintra.

**Artigo 18.º**  
**Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no prazo de 15 dias subsequentes à sua publicitação.